V – Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;

VI – Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância as normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

VII – Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

VIII – Atender prontamente quaisquer exigências do representante da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**, inerentes ao objeto do certame;

IX – Prestar os serviços de forma metódica e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

X – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

I – À **CONTRATADA** caberá, ainda:

a) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria vez que os seus empregos não manterão nenhum vínculo empregatício com **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**;

b) assumir, também, a responsabilidade por todas as previdências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**;

c) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

d) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;

e) a inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração Pública, nem poderá onerar o objeto do **Contrato**, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de Solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**;

f) deverá a **Contratada** observar, também, o seguinte:

1. é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATADA** durante a vigência do contrato,

2. é vedado a subcontratação de outra empresa para a prestação do serviço do Contrato, salvo com autorização da **CONTRATANTE**, e desde que devidamente fundamentada.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário;

II – prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos empregados da **CONTRATADA**;

III – assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

IV – assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços objeto deste Contrato, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**;

V – fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quando à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**, não deve ser interrompida;

VI – emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas neste Contrato e à proposta de aplicação de sanções;

VII – acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

I – O pagamento dos serviços será efetuado mediante apresentação de fatura, sendo realizado o pagamento até a data respectiva do vencimento.

a) O pagamento somente será efetivado após a verificação da regularidade do **CONTRATADO** junto à Seguridade Social – **CND** e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.

b) A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de recusar a efetivação do pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

c) A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.

d) Nenhum pagamento será efetuado à **Contratada** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços do objeto do contrato, ou de atualização monetária por atraso de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no **art. 65 da Lei 8.666/93**, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com apresentação das dívidas justificativas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

I – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá garantir a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total a ser contratada, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhido no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ** pelo prazo de até 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **Contratada** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

II – Ficará **impedida de contratar** com a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o **direito prévio da citação da ampla defesa**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja provida e reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, **licitante** que:

a) ensejar o retardamento da execução do objeto deste **contrato**;

b) não mantiver a proposta, injustificadamente;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) fizer declaração falsa;

e) cometer fraude fiscal;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato.

III – Pelos motivos que se seguem, principalmente, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades tratadas na condição anterior:

a) pela não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato;